

# Unificação metropolitana

ANTONIO CHALHUB

**A** discussão sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) vêm se arrastando ao longo de décadas. Entra e sai Governo e as coisas parecem não andar do lugar comum. Algumas conquistas aparecem pontualmente aqui e ali; mas não conseguem efetivamente modificar a situação de caos urbano que está se formando nesse aglomerado de pessoas, coisas e interesses. Ao longo do tempo, enquanto a problemática urbana se complicava na região metropolitana, as fórmulas institucionais propostas não saíam do papel.

Em 1991, durante o curso de pós-graduação em Políticas Públicas, na Ufes, defendi a idéia de unificação metropolitana dos cinco municípios em um só. O trabalho acadêmico partia da premissa de que a centralização do poder político e a pujança econômica deste novo município metropolitano, fruto da unificação, teria estatura e condições suficientes para enfrentar os graves problemas urbanos da região. Ressaltava que o maior entrave da RMGV era a repartição do poder entre os municípios, todos com quase o mesmo peso político.

É claro que, do ponto de vista de reestruturação administrativa, o poder público metropolitano seria mais racional na sua ação com a unificação e, com certeza, iria melhorar a operacionalidade dos serviços prestados à população. Isto tudo sem contar a justiça na repartição de recursos e a economia na gestão dos serviços básicos com o uso compartilhado de funcionários, equipamentos e custeio. Entretanto, sem uma fundamentação técnica e um projeto de lei definindo como isso seria feito, a proposta cai no vazio, principalmente se não houver vontade política do Executivo estadual e disposi-

ção compartilhada no Legislativo.

No início do ano de 2001, fizemos um outro artigo sobre o "Poder Metropolitano", onde sintetizávamos a questão da RMGV fundamentando-a em um tripé. O primeiro pilar desse tripé era a efetivação de um fórum decisório representativo. O segundo, a formulação de um instrumento técnico de planejamento. E, terceiro, a criação de um fundo de desenvolvimento metropolitano.

Ainda em 2001, vieram as discussões promovidas pela Associação dos Vereadores da Região Metropolitana e produziram excelentes diagnósticos. E

agora o Governo do Estado reassume o seu papel de capitanear este processo de implantação da RMGV, propondo uma nova legislação sobre o assunto. Parece difícil que a problemática seja equacionada de outro modo que não o já sedimentado e sem a discussão da unificação dos municípios.

Hoje tenho uma maior convicção de que o caminho do rememoração dos municípios é o modo mais eficaz para solucionar os entraves do desenvolvimento sustentável da Grande Vitória. Faz-se necessária uma postura

despojada e criativa, que a história política do Estado propiciou com essa nova safra de homens públicos. Os deputados metropolitanos têm um compromisso com o futuro: ou com a cidade partida em currais eleitorais ou com a urbes moderna unificada. Eles têm a credibilidade e legitimidade para, no mínimo, enfrentar esse novo paradigma. Em algum momento da História, essa idéia irá ser uma solução simples e prática como evolução humana e urbana.

ANTONIO CHALHUB é arquiteto e urbanista

**Algumas conquistas pontuais não conseguem modificar a situação**